

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

LEI Nº 3525 DE 09 DE JULHO DE 2020

Autoriza o Poder Executivo a construir e/ou estruturar, Centros de Reabilitação para pacientes curados da covid-19.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a construir e/ou estruturar na cidade, centros de reabilitação para pacientes curados da COVID-19.

Art. 2º- Os Centros de Reabilitação de que trata o artigo 1º, contarão com atendimento especializado de fisioterapia respiratória e corporal, clínica médica, pneumologia, reumatologia, psicologia, psiquiatria e assistência social; além de todos os instrumentos, insumos e especialidades necessárias para o seu funcionamento de acordo com os protocolos de saúde definidos pelas autoridades de saúde do município.

Art. 3º- Fica autorizado o Poder Executivo a realizar as alterações orçamentárias necessárias à implementação desta Lei.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE JULHO DE 2020.

RODRIGO NEVES – PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº. 120/2020 -AUTOR: JOÃO GUSTAVO -COAUTOR: BRUNO LESSA, CARLOS MACEDO, GEZIVALDO RENATINHO RIBEIRO DE FREITAS, LUIZ CARLOS GALLO DE FREITAS, MILTON CARLOS LOPES –CAL, PAULO EDUARDO GOMES, ROBERTO JALES – BETO DA PIPA E RODRIGO FARAH

LEI Nº 3526 DE 09 DE JULHO DE 2020

Altera a Lei nº 3499 de 2020 que dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento aos efeitos da COVID-19.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Adiciona o §7º ao art. 1º da Lei nº 3499/2020, com a seguinte redação:

Art. 1º. (...)

§7º Excetuam-se da sanção prevista no § 2º desta Lei as pessoas com Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro do Autismo.

I - em caso de possíveis abordagens por agentes fiscais, a pessoa ou o acompanhante podem apresentar laudo ou relatório médico comprovando a Deficiência Intelectual ou o Transtorno do Espectro Autista.

II - não tendo o laudo em mãos, deverá fornecer dados, como endereço, telefone do médico que possa atestar as informações prestadas.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE JULHO DE 2020.

RODRIGO NEVES – PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº. 141/2020 – APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 154/2020-AUTOR: BRUNO LESSA- COAUTORES: CARLOS MACEDO, GEZIVALDO RENATINHO RIBEIRO DE FREITAS, JOÃO GUSTAVO, LUIZ CARLOS GALLO DE FREITAS, PAULO EDUARDO GOMES, ROBERTO JALES – BETO DA PIPA E RODRIGO FARAH

LEI Nº 3527 DE 09 DE JULHO DE 2020

Estabelece a obrigatoriedade de uso de equipamentos de proteção individual - EPI no município de Niterói durante o período de emergência declarado em função da covid-19 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de uso dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI, com o fornecimento, pelo estabelecimento público ou privado, de máscaras, luvas e todos os equipamentos de proteção necessários a evitar e/ou dificultar o contágio do COVID-19 no município de Niterói, durante todo o período de vigência do estado de emergência em decorrência do Coronavírus-COVI-19.

Art. 2º A utilização dos Equipamentos de Proteção Individual abrange as seguintes atividades:

I - mercados, supermercados e hortifrúti;

II - padarias e confeitarias;

III - açougues e peixarias;

IV - farmácias e drogarias;

V - armazéns, distribuidoras e transportadoras de alimentos e de produtos de interesse sanitário;

VI - postos de combustível;

VII - comércio de produtos e equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, incluindo-se locação;

VIII - comércio de medicamentos veterinários, alimentos e produtos de uso animal;

IX - hospedagens;

X - lavanderias.

Parágrafo único. Os prestadores de serviços de entrega domiciliar estão obrigados a utilizarem máscaras.

Art. 3º Os estabelecimentos de que trata o art. 2º e todos aqueles que forem autorizados a funcionar deverão afixar o seguinte AVISO:

"AVISO: É obrigatório o uso de todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE JULHO DE 2020.

RODRIGO NEVES – PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº. 053/2020- AUTOR: ALBERTO IECIN – BETINHO

DECRETO Nº 13.669/2020

Aprova e institui o Plano Municipal de Saneamento Básico destinado à execução dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas do município de Niterói e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 inciso VI da Lei Orgânica do Município de Niterói e;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e determina ao titular dos serviços a formulação de política pública para o saneamento básico;

CONSIDERANDO que, a teor do disposto no artigo 11, inciso I, da Lei Federal nº 11.445/2007, a existência de Plano de Saneamento Básico é condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico;

D E C R E T A

Art. 1º Fica aprovado e instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico de Niterói, referente aos serviços abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, *drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas*, anexo ao presente Decreto, que, a partir do diagnóstico da atual situação dos serviços públicos, estabelece diretrizes, objetivos, metas e as ações a serem adotadas pelo Município para a melhoria da eficiência na prestação dos serviços e para a sua universalização.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído neste Decreto, será revisto periodicamente a cada quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Art. 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser elaborada em articulação com as prestadoras dos serviços e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos e com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE JULHO DE 2020.

RODRIGO NEVES – PREFEITO

DECRETO Nº 13.670/2020

DISPÕE SOBRE A REABERTURA GRADUAL DO PARQUE DA CIDADE DE NITERÓI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições, e, CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019; CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 7.616/2010, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN;

CONSIDERANDO o Decreto nº 13.506/2020, que dispõe sobre a declaração de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Município de Niterói;

CONSIDERANDO, porém, que, após as medidas de isolamento adotadas até aqui, com grande adesão da população, os índices de Niterói demonstram que há possibilidade para implantação de um Plano de Transição Gradual para o Novo Normal, mantida a observação constante nos indicadores, de modo a se adequar até mesmo eventual agravamento das medidas de restrição, em caso de piora dos indicativos;

DECRETA:

Art. 1º- Fica permitida a abertura do Parque da Cidade de Niterói das terças-feiras aos domingos, das 10h às 18h.

§ 1º É obrigatória a utilização de máscara facial e a observância das normas de distanciamento social, vedada a aglomeração de mais de quatro pessoas.

§ 2º Permanecem vedadas as atividades nos aparelhos de ginástica e brinquedos infantis.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogados os dispositivos em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE JULHO DE 2020.

RODRIGO NEVES – PREFEITO

DECRETO Nº 13.671/2020

Institui novo prazo de adesão à segunda fase do Programa Empresa Cidadã de Niterói

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas:

CONSIDERANDO que a Lei nº 3.513, de 26 de junho de 2020, acrescentou o § 4º ao art. 4º da Lei nº 3.406, de 7 de maio de 2020, dispensando expressamente as entidades filantrópicas da apresentação da certificação das entidades beneficentes de assistência social - Cebas prevista na Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, desde que haja protocolo de requisição da certificação ao respectivo órgão responsável;

CONSIDERANDO que, de acordo com o inciso I do art. 1º do Decreto nº 13.616, de 18 de maio de 2020, o prazo para solicitar adesão à segunda fase do Programa Empresa Cidadã de Niterói se encerrou em 1º de junho de 2020;

CONSIDERANDO que o número máximo de postos de trabalhos previstos em lei não foi atingido no prazo inicial de adesão à segunda fase do Programa Empresa Cidadã de Niterói; e

CONSIDERANDO, por fim, que a impossibilidade de as entidades filantrópicas possuidoras de protocolo de requisição da Cebas solicitarem adesão à segunda fase do Programa impede que essas entidades sejam beneficiadas pela alteração promovida pela Lei nº 3.513, de 26 de junho de 2020, tornando inexecutável e portanto inútil a previsão legal instituída, e frustrando completamente o seu objetivo;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído novo prazo, de 13 a 17 de julho de 2020, para adesão à segunda fase do Programa Empresa Cidadã de Niterói.

Art. 2º. Além dos documentos exigidos nos incisos I, II, e IV do art. 5º do Decreto nº 13.593, de 8 de maio de 2020, os interessados em aderir à segunda fase do Programa Empresa Cidadã que se declarem como entidades filantrópicas devem apresentar, no momento da adesão ao Programa, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – Cebas, como documento comprobatório de sua condição declarada, dentro de seu período de validade, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto Federal nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Parágrafo único. Ficam dispensadas da apresentação do Cebas as entidades que comprovem, no momento de adesão ao Programa, ter protocolado a

requisição do Cebas junto ao respectivo órgão responsável, mas que ainda não tenha sido apreciada por este de forma definitiva.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE JULHO DE 2020.

RODRIGO NEVES – PREFEITO

DECRETO Nº 13.672/2020

Regulamenta o Programa Empresa Cidadã instituído pela Lei nº 3.482, de 2 de abril de 2020 e pela Lei nº 3.496, de 7 de maio de 2020 e institui os procedimentos administrativos posteriores à admissão no Programa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas:

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 13.506/2020 declarou emergência em saúde pública no Município de Niterói devido a pandemia de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus – SARS-CoV-2;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas efetivas para mitigar os impactos econômicos da pandemia do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 3.482, de 2 de abril de 2020 e da Lei nº 3.496, de 07 de maio de 2020, que instituíram, respectivamente, a Primeira e a Segunda Fase do Programa Empresa Cidadã de Niterói, bem como as disposições do Decreto nº 13.538, de 3 de abril de 2020, do Decreto nº 13.504, de 12 de maio de 2020, do Decreto nº 13.589, de 11 de maio de 2020 e da Lei nº 3.506, de 4 de junho de 2020;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta as disposições legais aplicáveis à Primeira e a Segunda Fase do Programa Empresa Cidadã de Niterói e institui os procedimentos de auditoria em relação aos requisitos das entidades aderentes e ao cumprimento das obrigações delas exigidas para a adesão ao Programa, bem como prevê a admissão de recurso administrativo às decisões proferidas no âmbito do Programa

Art. 2º. Nos termos do art. 2º, *caput* e §1º da Lei nº 3.482, de 2 de abril de 2020, e do art. 2º, *caput* e §1º da Lei nº 3.496, de 07 de maio de 2020, a finalidade do Programa Empresa Cidadã de Niterói é a de ajudar sociedades empresárias, empresários individuais, entidades religiosas, organizações sindicais, clubes e entidades filantrópicas a remunerarem seus empregados durante o período de duração do Programa mediante a dispensação de auxílio financeiro do Município de Niterói.

CAPÍTULO II

DAS ADERENTES

Art. 3º. Consideram-se como aderentes ao Programa Empresa Cidadã de Niterói aquelas entidades que estejam aptas a aderir ao Programa, de acordo com as disposições dos arts. 4º a 6º, e que tenham firmado Termo de Adesão ao Programa, de acordo com o disposto nos arts. 7º a 9º.

Art. 4º. Estão aptos a aderir ao Programa a sociedade empresária, o empresário individual, a entidade religiosa, a organização sindical, o clube e a entidade filantrópica que tenham tido sua atividade principal suspensa, total ou parcialmente, em virtude do período de isolamento social determinado por ato do Poder Público, observado o disposto nos arts. 3º e 4º deste Decreto.

§ 1º Para os fins de adesão ao Programa, equiparam-se às sociedades empresárias e aos empresários individuais as sociedades profissionais, as cooperativas de trabalhadores e as associações que explorem habitualmente complexos de bens estruturados para o exercício de atividades econômicas, mesmo que as receitas obtidas com estas atividades não se destinem à distribuição de lucros.

§ 2º Para os fins de adesão ao Programa, presume-se que tenham sido suspensas, total ou parcialmente, em virtude do período de isolamento social determinado por ato do Poder Público, as atividades principais das aderentes compreendidas nas classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE cujos códigos constam na lista do Anexo único deste decreto.

Art. 5º. Somente estão aptos a aderir ao Programa as sociedades empresárias, os empresários individuais, as entidades religiosas e as organizações sindicais cujo número de empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT obedeça aos seguintes limites:

I – 19 (dezenove) empregados, contados em 1º de março de 2020, na Primeira Fase do Programa, instituída pela Lei nº 3.482, de 2 de abril de 2020; e

II – 40 (quarenta) empregados, contados em 1º de maio de 2020, na Segunda Fase do Programa, instituída pela Lei nº 3.496, de 07 de maio de 2020.

Art. 6º. Os clubes e as entidades filantrópicas estão aptos a aderir à Segunda Fase do Programa, instituída pela Lei nº 3.496, de 07 de maio de 2020.

Parágrafo único. Para os fins de adesão ao Programa, entende-se como entidade filantrópica a entidade beneficente de assistência social de que trata a Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

CAPÍTULO III DO TERMO DE ADESÃO

Art. 7º. Termo de Adesão é o instrumento através do qual a aderente manifesta a sua vontade de aderir ao Programa, declara ter todos os requisitos que a tornam apta para isto e compromete-se a cumprir as condições necessárias para a manutenção da adesão ao Programa.

Parágrafo único. Ao firmar o Termo de Adesão, a aderente responsabiliza-se integral e exclusivamente pela veracidade das informações por ela prestadas e correspondentes ao seu cumprimento dos requisitos para a adesão ao Programa, bem como declara expressamente ter ciência de que as referidas informações podem ser objeto de análise de autenticidade pelo Município e obriga-se a fornecer documentos, dados, elementos, explicações e esclarecimentos complementares quando solicitados pelos auditores do Programa em seus procedimentos de verificação e controle.

Art. 8º. A aceitação do Termo de Adesão está condicionada ao compromisso da aderente de não reduzir o número de empregados que trabalham no

estabelecimento ou unidade a que se refere o termo firmado, devendo este compromisso ser mantido durante os 6 (seis) meses posteriores à adesão ou, na hipótese de que trata o § 3º do art. 10, durante os 8 (oito) meses posteriores à adesão.

Art. 9º. Cada aderente deve firmar um Termo de Adesão distinto para cada um de seus estabelecimentos ou unidades físicas que reúnam um complexo de bens materiais e imateriais destinados ao funcionamento de suas atividades econômicas ou institucionais, desde que estabelecidos em Niterói e regularmente inscritos, de modo individualizado, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e no Cadastro Mobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói.

CAPÍTULO IV

DO CÁLCULO DO AUXÍLIO FINANCEIRO

Art. 10. O cálculo do auxílio financeiro do Programa Empresa Cidadã de Niterói obedece às seguintes regras:

I – cada aderente deve receber, relativamente a cada Termo de Adesão firmado de acordo com o disposto no art. 9º, o valor de R\$ 1.045,00 por mês, durante três meses consecutivos, multiplicado pelo número de empregados listados no momento de sua adesão ao Programa para serem parcialmente remunerados com o valor do benefício, observados os limites dispostos no inciso II e nos parágrafos deste artigo;

II – cada Termo de Adesão firmado de acordo com o disposto no art. 9º pode beneficiar até 9 (nove) empregados listados no momento da adesão, preferencialmente residentes em Niterói, contratados pelo regime da CLT, que recebam mensalmente até 3 (três) salários mínimos e que trabalhem no estabelecimento ou unidade a que se refere o termo firmado.

§ 1º Os Termos de Adesão firmados pelos clubes e pelas entidades filantrópicas na Segunda Fase do Programa instituída pela Lei nº 3.496, de 07 de maio de 2020, podem beneficiar até 20 (vinte) empregados listados no momento da adesão, preferencialmente residentes em Niterói, contratados pelo regime da CLT, que recebam mensalmente até 3 (três) salários mínimos e que trabalhem nos estabelecimento ou unidades a que se referem os termos firmados.

§ 2º Para os fins de determinação dos limites estabelecidos pelo inciso II do *caput* e pelo § 1º deste artigo, bem como pelo parágrafo único do art. 7º e pelo art. 8º, consideram-se empregados que recebem até 3 (três) salários mínimos aqueles trabalhadores que recebem habitualmente da aderente, como contraprestação pelo seu trabalho, remuneração, nos termos do art. 457 da CLT, correspondente ao valor de até R\$ 3.135,00 por mês.

§ 3º Conforme previsão contida nos arts. 1º a 4º da Lei nº 3.506, de 4 de junho de 2020, a aderente passa a ter direito a receber o valor do auxílio financeiro referido no inciso I por mais 2 (dois) meses além daqueles estipulados inicialmente no Termo de Adesão original, mediante a firmação de um novo Termo de Adesão em que assume o compromisso de não reduzir o número de empregados que trabalham no estabelecimento ou unidade a que se refere o termo firmado, devendo este compromisso ser mantido durante os 8 (oito) meses posteriores ao momento em que aderiu ao Programa.

CAPÍTULO V

DA UTILIZAÇÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO

Art. 11. O auxílio financeiro do Programa Empresa Cidadã de Niterói deve ser integralmente utilizado no custeio da remuneração dos empregados constantes da lista apresentada pela aderente juntamente com o Termo de Adesão, podendo integrar quaisquer salários dos referidos empregados durante os 6 (seis) meses posteriores à adesão, ou durante os 8 (oito) meses posteriores à adesão, na hipótese do § 3º do art. 10, não tendo que ser utilizado necessariamente para custear a remuneração dos empregados correspondente aos meses de recebimento do benefício.

Art. 12. Em relação ao período de ocorrência de suspensão temporária do contrato de trabalho ou qualquer licença que dispense o empregado de trabalhar para a aderente, anterior ou superveniente ao momento de adesão, o auxílio financeiro do Programa Empresa Cidadã de Niterói não pode ser utilizado pela aderente para pagamento de qualquer valor indenizatório ou de natureza não remuneratória ao empregado, nem para qualquer outro fim que não seja o de remunerar o empregado, sem prejuízo da possibilidade de utilização do auxílio financeiro na forma prevista no art. 11.

Art. 13. Os empregados demitidos pela aderente, na forma da legislação trabalhista em vigor, durante o período de duração do Programa, devem ser substituídos por outros, com a finalidade de manutenção do mesmo número total de empregados do momento de adesão ao Programa.

Parágrafo único. No caso em que os empregados demitidos substituídos, conforme prevê o *caput*, estejam entre os listados como beneficiários do Programa, nos termos do inciso II do art. 10, o valor do auxílio financeiro recebido para custear a remuneração do empregado substituído só pode ser utilizado para ajudar na remuneração de seu substituto se este tiver como remuneração mensal o valor de até 3 (três) salários mínimos, observando-se o disposto no § 2º do art. 10.

Art. 14. No caso de transferência de empregados de um estabelecimento para outro, ambos pertencentes à mesma aderente, em que os empregados transferidos estejam entre os listados como beneficiários do Programa, nos termos do inciso II do art. 10, o valor do auxílio financeiro recebido para custear a remuneração do empregado transferido pode ser utilizado para ajudar na remuneração de um outro empregado que o substitua desde que este tenha como remuneração mensal o valor de até 3 (três) salários mínimos, observando-se o disposto no § 2º do art. 10.

CAPÍTULO VI

DA RESTITUIÇÃO DOS VALORES NÃO UTILIZADOS

Art. 15. Os valores recebidos pela aderente mediante auxílio financeiro do Programa Empresa Cidadã de Niterói que não tenham sido utilizados pela aderente durante os 6 (seis) meses posteriores à adesão, ou dos 8 (oito) meses posteriores à adesão, na hipótese mencionada no § 3º do art. 10, em virtude da ocorrência da situação prevista no art. 12, da impossibilidade de substituição previstas no art. 13 e no art. 14 ou do descumprimento, por qualquer motivo, do compromisso previsto no art. 8º devem ser restituídos ao Município mediante o pagamento de uma Guia de Recolhimento Municipal – GRM gerada mediante

acesso ao sítio virtual <http://grm.fazenda.niteroi.rj.gov.br/guiarecolhimento> e que deve ser preenchida com os seguintes dados:

I – Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Fazenda;

II – Código de Recolhimento: 99999 – Empresa Cidadã;

III – número do CNPJ correspondente ao estabelecimento da aderente a que se refere o Termo de Adesão relativo aos valores recebidos mediante o Programa e não utilizados;

IV – nome empresarial ou denominação da aderente;

V – valor total a ser devolvido.

CAPÍTULO VII

DA VERIFICAÇÃO PRELIMINAR

Art. 16. Tendo em vista o caráter emergencial do Programa Empresa Cidadã de Niterói, apenas alguns requisitos de qualificação das aderentes devem ser objeto de verificação preliminar, que tem como características a celeridade e a não definitividade das decisões durante os períodos de adesão ao Programa e obedece às seguintes regras:

I – o interessado em aderir ao Programa deve acessar o sítio eletrônico www.empresacidadada.niteroi.rj.gov.br dentro do período de adesão, nos termos do § 1º, *caput* e incisos, do art. 17 deste Decreto, para efetuar seu cadastro de aderente, firmar Termo de Adesão, conforme o disposto nos arts. 7º a 9º deste Decreto, e enviar a seguinte documentação:

a) contrato social ou documento equivalente de sua constituição como entidade;

b) documento de identificação e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do representante legal da aderente;

c) lista dos empregados beneficiários do Programa contendo nome, número de inscrição no CPF, endereço e número de inscrição no Programa de Integração Social – PIS de cada empregado;

d) cópia da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS correspondente ao mês anterior ao do cadastro de adesão ao Programa; e

e) cópia da Guia de Informações à Previdência Social - GFIP correspondente ao mês anterior ao do cadastro de adesão ao Programa.

II – o cadastro de aderente feito de modo incompleto, a falta de entrega de qualquer documento previsto nas alíneas do inciso I deste artigo, a incompatibilidade de informações constantes entre os documentos apresentados e a identificação evidente de descumprimento dos requisitos de qualificação do interessado ensejam o indeferimento da solicitação de adesão;

III – o interessado cuja solicitação de adesão tenha sido indeferida na verificação preliminar pode realizar novamente o procedimento disposto no inciso I deste artigo sem limite de vezes até que a solicitação seja deferida, desde que isto seja feito durante o período de adesão.

Parágrafo único. No caso em que o interessado em aderir ao Programa declare ser instituição filantrópica, deve ser exigido também o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS como documento comprobatório da sua condição declarada.

Art. 17. Nos termos do § 1º do art. 4º da Lei nº 3.482, de 2 de abril de 2020 e do § 1º do art. 4º da Lei nº 3.496, de 07 de maio de 2020, devem ser objeto de verificação preliminar no início do Programa os seguintes requisitos de qualificação das aderentes:

I – suspensão, total ou parcial, de atividades determinada em qualquer momento pelo Poder Público para a manutenção do isolamento social com o objetivo de evitar a disseminação do COVID-19, observando-se o disposto no § 2º do art. 4º deste Decreto;

II – alvará de funcionamento ativo em Niterói;

III – número limite de empregados, nos termos do disposto no art. 5º deste Decreto.

§ 1º O início do Programa compreende os períodos relacionados a firmação do Termo de Adesão e determinados pelas seguintes normas:

I – relativamente à Primeira Fase do Programa, o disposto no art. 14 do Decreto nº 12.538, de 3 de abril de 2020 e no art. 1º do Decreto nº 13.589/2020, de 11 de maio de 2020;

II – relativamente à Segunda Fase do Programa, o disposto nos arts. 3º e 13 do Decreto nº 13.593, de 12 de maio de 2020 e no art. 1º do Decreto nº 13.616, de 28 de maio de 2020.

§ 2º Para efeito de verificação preliminar do cumprimento do disposto no inciso II do *caput* deste artigo, presume-se que a aderente tenha alvará de funcionamento ativo em Niterói, ou que esteja legalmente dispensada de alvará de funcionamento, quando seus estabelecimentos ou unidades a que se referem os Termos de Adesão firmados encontram-se regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói.

Art. 18. Os Termos de Adesão firmados em função do deferimento de solicitações durante os períodos de verificação preliminar de que trata este capítulo continuam sujeitos à auditoria contínua do Município, podendo ser rescindidos caso se verifique o descumprimento de requisitos e obrigações da aderente, ocasionando a exclusão imediata do Programa e a consequente devolução ao Município dos valores do auxílio recebidos até o momento da exclusão.

CAPÍTULO VIII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 19. Ao final de 6 (seis) meses após a firmação do Termo de Adesão, ou de 8 (oito) meses após a firmação, na hipótese do § 3º do art. 10, a aderente deve fazer a prestação de contas do cumprimento de suas obrigações exigidas pelo Programa enviando ao Município, por meio virtual, cópias dos seguintes documentos:

I - comprovantes dos pagamentos a título de remuneração aos empregados constantes da lista apresentada juntamente com o Termo de Adesão, na forma prevista no inciso III do art. 10 e em seus parágrafos 1º e 2º, ou a título de remuneração aos seus substitutos, conforme previsão no parágrafo único do art. 13 e no art. 14, realizados durante os seis meses posteriores à adesão ao Programa (ou oito meses após a adesão, na hipótese do § 3º do art. 10).

II - extrato do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, que comprove o recolhimento da contribuição dos empregados referidos no inciso I deste artigo, ou seus substitutos, referente ao mês de adesão ao Programa e aos seis meses posteriores (ou oito meses, na hipótese do § 3º do art. 10).

Parágrafo único. Por força do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 3.482, de 2 de abril de 2020 e no § 2º do art. 4º da Lei nº 3.496, de 07 de maio de 2020, aplicam-se as sanções previstas no Capítulo X aos casos de descumprimento das exigências dispostas neste artigo.

CAPÍTULO IX

DAS OBRIGAÇÕES POSTERIORES AO MOMENTO DE ADESÃO

Art. 20. Durante o período de 6 (seis) meses posteriores à adesão, ou durante os 8 (oito) meses posteriores à adesão, na hipótese do § 3º do art. 10, a aderente é obrigada a cumprir as seguintes exigências:

I - manter o mesmo número total de empregados do momento de adesão ao Programa em todos os estabelecimentos ou unidades a que se referem os Termos de Adesão por ela firmadas;

II - afixar adesivo indicativo do Programa, devidamente padronizado pelo Município, em local de ampla visibilidade dos munícipes;

III - utilizar o auxílio financeiro do Programa, de acordo com o disposto no Capítulo V, ou proceder a sua restituição ao Município, na forma disposta no Capítulo VI.

Parágrafo único. Aplicam-se as sanções previstas no Capítulo X aos casos de descumprimento das exigências dispostas neste artigo.

Art. 21. Qualquer pessoa pode apresentar denúncia anônima referente a aderente em relação ao descumprimento das obrigações assumidas no Termo de Adesão, ou ao cometimento de atos ilícitos que visem a frustrar os objetivos do Programa dispostos no art. 2º, mediante apresentação de relato dos fatos pertinentes por escrito no campo destinado a este fim que se encontra no sítio eletrônico www.empresacidadada.niteroi.rj.gov.br.

CAPÍTULO X

DAS SANÇÕES

Art. 22. O descumprimento das obrigações dispostas no art. 19, no art. 20 e no § 2º do art. 28 sujeita a aderente, nos termos do art. 5º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 3.482, de 2 de abril de 2020 e do art. 5º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 3.496, de 07 de maio de 2020, à exclusão do Programa Empresa Cidadã de Niterói e às seguintes sanções:

I - aplicação das seguintes penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

a) advertência;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da aderente, na forma do § 5º deste artigo.

II - suspensão, por 2 (dois) anos, de acesso a programas promovidos pelo Município.

III - obrigação de devolver todo o auxílio financeiro recebido pelo Município relativo ao Programa.

§ 1º A advertência deve ser aplicada imediatamente e antes da aplicação de qualquer outra sanção prevista neste artigo.

§ 2º A comunicação da advertência deve ser feita mediante intimação à aderente que, por sua vez, tem o direito de apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, recurso em sua defesa contendo as razões independentes de sua vontade que justifiquem o descumprimento temporário da obrigação que motivou a aplicação da sanção.

§ 3º As sanções previstas na alínea *b* do inciso I e nos incisos II e III devem ser aplicadas somente após a aderente ter recebido a advertência, na forma do § 1º e do § 2º deste artigo e, após o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação da advertência, persistir no descumprimento da obrigação sem que tenham sido apresentadas razões suficientes para justificar o referido descumprimento.

§ 4º Nos termos do § 2º do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a aplicação da sanção prevista na alínea *b* do inciso I é de competência exclusiva do Secretário Municipal de Fazenda e deve ser feita a partir do recebimento e da análise de uma representação circunstanciada elaborada pelo auditor do Programa responsável pelo procedimento que resultou na apuração dos fatos motivadores da sanção, cabendo recurso hierárquico ao Prefeito, na forma do art. 61, *caput* e parágrafos, da Lei nº 3.048, de 18 de outubro de 2013, no prazo previsto de 15 (quinze) dias úteis, de acordo com o art. 64 da lei mencionada.

§ 5º Condenada à sanção prevista na alínea *b* do inciso I deste artigo, a aderente tem direito a pleitear sua reabilitação após 2 (dois) anos da aplicação da sanção, desde que o Município seja ressarcido dos valores do auxílio que foram repassados à aderente em virtude do Termo de Adesão ao Programa.

§ 6º As sanções previstas neste artigo não devem ser aplicadas nos casos em que a aderente ao Programa, embora tenha descumprido obrigação legal, declare espontaneamente a infração cometida para a Administração e devolva o valor do auxílio repassado pelo Município, observado o disposto no art. 33.

§ 7º A intimação que comunica a aplicação da advertência à sanção prevista no inciso III do *caput* deste artigo constitui a aderente em mora, nos termos do art. 397, *caput* e parágrafo único, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), e deve conter em seu texto as seguintes informações:

I - discriminação dos valores do auxílio financeiro a serem devolvidos, inclusive os juros incidentes sobre eles, que devem ser calculados com base na Taxa Selic, conforme dispõe o art. 406 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro);

II - aviso de que a devolução dos valores referidos no inciso I deste parágrafo deve ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência da intimação e que, a partir daí, o inadimplemento dessa obrigação dá início à contagem de juros de mora incidentes, observado o disposto no § 3º do art. 23.

Art. 23. Nos termos do art. 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a sanção prevista na alínea *b* do inciso I do art. 22 deve ser aplicada à aderente que:

I - tenha sofrido condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos relacionados à manutenção do número de empregados exigida como contrapartida ao auxílio do Programa e a que se comprometeu quando firmou o Termo de Adesão;

II - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do Programa dispostos no art. 2º e assumidos no momento em que firmou o Termo de Adesão;

III - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados quaisquer relacionados ao cumprimento das obrigações assumidas quando se firmou o Termo de Adesão.

§ 1º Tendo em vista que a prática de atos ilícitos ou de fraude fiscal relacionada à manutenção dos empregados desnatura o compromisso assumido pela aderente na firmiação do Termo de Adesão ao Programa, aplicam-se também as demais sanções previstas no art. 22 às hipóteses referidas nos incisos deste artigo.

§ 2º Independentemente da aplicação das sanções previstas no art. 22, a apresentação de documentação falsa em qualquer momento do programa sujeita a aderente à responsabilização nas esferas civil, administrativa e penal na forma da legislação em vigor.

§ 3º A ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos deste artigo determina, nos termos do art. 398 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), que se considere que a aderente está em mora desde o momento em que praticou o ato ilícito, afastando, portanto, a aplicação do disposto no inciso II do § 7º do art. 22.

Art. 24. Nos termos do art. 78 da Lei nº 3.048, de 18 de outubro de 2013, prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração com a finalidade de apurar infrações às normas do Programa, contados da data da prática do ato ou, no caso das infrações permanentes ou continuadas, do dia em que tenham cessado.

CAPÍTULO XI

DA AUDITORIA DOS TERMOS DE ADESÃO

Seção I

Dos objetivos e características gerais da auditoria

Art. 25. O cumprimento das obrigações assumidas pelas aderentes está sujeito à verificação realizada em procedimento de auditoria dos Termos de Adesão iniciado por agentes do Município designados especificamente para exercerem a função de auditores do Programa mediante ato do Secretário Municipal de Fazenda.

Parágrafo único. O procedimento de auditoria a que se refere o *caput* pode ser iniciado de ofício em qualquer momento posterior à adesão e deve ser realizado obrigatoriamente nos seguintes casos:

I – apresentação de denúncia, na forma do art. 21, do descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Decreto;

II – identificação de informações inconsistentes contidas nos documentos previstos nos incisos I e II do art. 19 e apresentados pela aderente durante o período de prestação de contas.

Seção II

Do acesso aos livros, documentos e informações da aderente

Art. 26. Ao firmar o Termo de Adesão, a aderente se compromete a permitir que os auditores do Programa vistorem livros, arquivos, documentos e papéis de efeitos comerciais ou fiscais, físicos ou eletrônicos, relacionados aos seus estabelecimentos e unidades a que se referem a adesão firmada.

Art. 27. Os livros e documentos podem ser examinados fora do estabelecimento da aderente, desde que lavrado termo escrito de retenção pelos auditores do Programa, em que se especifiquem a quantidade, a espécie, a natureza e as condições dos livros e documentos retidos.

Parágrafo único. Os originais dos livros e dos documentos físicos retidos devem ser devolvidos, mediante recibo, salvo quando são prova da prática de ilícito penal ou tributário, hipótese em que devem permanecer retidos.

Art. 28. Ao firmar o Termo de Adesão, a aderente se compromete a prestar todas as informações e os esclarecimentos necessários aos auditores do Programa para que estes possam verificar o cumprimento das obrigações previstas na legislação do Programa.

§ 1º A obrigação a que se refere o *caput* não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

§ 2º O descumprimento da obrigação referida no *caput* sujeita a aderente às sanções previstas no Capítulo X deste Decreto.

Seção III

Das provas

Art. 29. São hábeis para comprovar a verdade dos fatos todos os meios de prova admitidos em direito, sendo inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos.

Art. 30. Os processos de auditoria do Programa devem ser instruídos com todos os termos, depoimentos, laudos e demais elementos de prova indispensáveis à comprovação do cumprimento das obrigações da aderente ou de seu descumprimento, incluindo os demonstrativos do cálculo dos valores que eventualmente devam ser restituídos ao Município, bem como o relatório das atividades empreendidas durante o procedimento de auditoria.

Art. 31. A escrituração mantida com observância das disposições legais faz prova a favor da aderente relativamente aos fatos nela registrados e comprovados por documentos hábeis e idôneos segundo sua natureza ou assim definidos na lei.

Parágrafo único. Durante o procedimento de auditoria, as informações evidenciadas pela escrituração referida no *caput* podem ser desconsideradas, cabendo ao auditor do Programa demonstrar, por todos os meios permitidos em direito, que os lançamentos registrados pela escrituração mencionada não correspondem à verdade dos fatos.

Seção IV

Do procedimento de auditoria

Art. 32. O procedimento de auditoria inicia-se com a intimação da aderente para que apresente ao auditor do Programa as informações e documentos exigidos por ele.

Art. 33. O início do procedimento de auditoria exclui a espontaneidade da aderente intimada para o cumprimento das correspondentes obrigações compromissadas no Termo de Adesão, inclusive a restituição dos valores do auxílio financeiro na forma disposta no art. 15 deste Decreto.

Art. 34. A intimação deve ser atendida pela aderente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência da intimação, podendo ser prorrogados por igual período, por uma única vez.

Art. 35. A intimação pode ser efetuada pessoalmente, por via postal com aviso de recebimento, por meio eletrônico ou por qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência da aderente.

Art. 36. A aderente que tenha firmado mais de um Termo de Adesão pode ser intimada de uma só vez a apresentar informações e documentos relativos a quaisquer Termos de Adesão por ela firmados.

Art. 37. Ao final da auditoria, o auditor do Programa deve intimar novamente a aderente informando do resultado da auditoria e, no caso em que haja descumprimento de qualquer obrigação assumida em função dos Termos de Adesão firmados, a aderente deve ser também informada das sanções recebidas em consequência do descumprimento e da possibilidade de recurso administrativo às sanções impostas, inclusive comunicando-a sobre o prazo e a forma de apresentação do recurso.

Parágrafo único. No caso em que, ao final da auditoria, o auditor do Programa tenha apurado valor a ser restituído pela aderente, a intimação referida no *caput* deve conter a informação detalhada sobre o valor que deve ser apresentado em planilha demonstrativa de modo determinado e claro, além das informações relativas à forma e ao prazo de restituição do valor apurado.

CAPÍTULO XII DO RECURSO E DA REVISÃO

Art. 38. É admissível recurso administrativo, nos termos do art. 59, *caput* e parágrafos, da Lei nº 3.048, de 18 de outubro de 2013, às decisões proferidas em função de verificação preliminar no período de adesão ao Programa, do exame da documentação apresentada na prestação de contas ou durante o procedimento de auditoria.

Art. 39. Aplicam-se aos recursos administrativos, no âmbito do Programa, as disposições constantes dos arts. 59 a 70 da Lei nº 3.048, de 18 de outubro de 2013.

CAPÍTULO XIII DA COBRANÇA ADMINISTRATIVA E DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA DOS VALORES DEVIDOS

Art. 40. Os valores apurados ao final da auditoria como devidos ao Município pela aderente em função de restituição obrigatória, nos termos do disposto no art.15 deste Decreto, sem que esta tenha sido feita de forma espontânea, estão sujeitos à cobrança administrativa após a aderente ter sido intimada da obrigação de devolver os referidos valores, nos termos do inciso III do *caput* do art. 22.

Parágrafo único. Após o período de, no máximo, 1 (um) ano da cobrança amigável mencionada no *caput* deste artigo, os valores do auxílio financeiro a serem devolvidos ao Município pela aderente, inclusive os juros de mora incidentes, devem ser encaminhados à Procuradoria Geral do Município para serem inscritos em dívida ativa.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Os créditos orçamentários relativos ao Programa devem ser executados na Unidade Orçamentária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 42. Cabe ao Secretário Municipal de Fazenda expedir os atos normativos complementares necessários para o cumprimento das disposições contidas neste Decreto.

Art. 43. Ficam revogados o inciso II do art. 10 do Decreto nº 13.538, de 3 de abril de 2020 e o inciso II do art. 9º do Decreto nº 13.593, de 12 de maio de 2020.

Art. 44. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE JULHO DE 2020.
RODRIGO NEVES- PREFEITO

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº

Código	Classe CNAE
18211	Serviços de Pré-Impressão
18229	Serviços de Acabamentos Gráficos
33121	Manutenção e Reparação de Equipamentos Eletrônicos e ópticos
33139	Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos Elétricos
41107	Incorporação de Empreendimentos Imobiliários
41204	Construção de Edifícios
43118	Demolição e Preparação de Canteiros de Obras
43126	Perfurações e Sondagens
43134	Obras de Terraplenagem
43193	Serviços de Preparação do Terreno não Especificados Anteriormente
43215	Instalações Elétricas
43223	Instalações Hidráulicas, de Sistemas de Ventilação e Refrigeração
43291	Obras de Instalações em Construções não Especificadas Anteriormente
43304	Obras de Acabamento
43916	Obras de Fundações
43991	Serviços Especializados para Construção não Especificados Anteriormente
45111	Comércio a Varejo e por Atacado de Veículos Automotores
45129	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Veículos Automotores
45200	Manutenção e Reparação de Veículos Automotores
45307	Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Automotores
45412	Comércio por Atacado e a Varejo de Motocicletas, Peças e Acessórios
45421	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Motocicletas, Peças e Acessórios
45439	Manutenção e Reparação de Motocicletas
46117	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Matérias-Primas Agrícolas e Animais Vivos
46133	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Madeira, Material de Construção e Ferragens
46141	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Máquinas, Equipamentos, Embarcações e Aeronaves
46150	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Eletrodomésticos, Móveis e Artigos de Uso Doméstico

46168	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Têxteis, Vestuário, Calçados e Artigos de Viagem
46176	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo
46184	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio Especializado em Produtos não Especificados Anteriormente
46192	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio de Mercadorias em Geral não Especializado
46231	Comércio Atacadista de Animais Vivos, Alimentos para Animais e Matérias-Primas Agrícolas, Exceto Café e Soja
46311	Comércio Atacadista de Leite e Laticínios
46362	Comércio Atacadista de Produtos do Fumo
46419	Comércio Atacadista de Tecidos, Artefatos de Tecidos e de Armarinho
46427	Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário e Acessórios
46435	Comércio Atacadista de Calçados e Artigos de Viagem
46460	Comércio Atacadista de Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal
46478	Comércio Atacadista de Artigos de Escritório e de Papelaria
46494	Comércio Atacadista de Equipamentos e Artigos de Uso Pessoal e Doméstico não Especificados Anteriormente
46516	Comércio Atacadista de Computadores, Periféricos e Suprimentos de Informática
46524	Comércio Atacadista de Componentes Eletrônicos e Equipamentos de Telefonia e Comunicação
46613	Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para Uso Agropecuário
46621	Comércio Atacadista de Máquinas, Equipamentos para Terraplenagem, Mineração e Construção
46630	Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial
46656	Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos para Uso Comercial
46699	Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos não Especificados Anteriormente
46711	Comércio Atacadista de Madeira e Produtos Derivados
46729	Comércio Atacadista de Ferragens e Ferramentas
46737	Comércio Atacadista de Material Elétrico
46745	Comércio Atacadista de Cimento
46796	Comércio Atacadista Especializado de Materiais de Construção não Especificados Anteriormente e de Materiais de Construção em Geral
46834	Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo
46842	Comércio Atacadista de Produtos Químicos e Petroquímicos, Exceto Agroquímicos
46851	Comércio Atacadista de Produtos Siderúrgicos e Metalúrgicos, Exceto para Construção
46869	Comércio Atacadista de Papel e Papelão em Bruto e de Embalagens
46877	Comércio Atacadista de Resíduos e Sucatas
46893	Comércio Atacadista Especializado de Outros Produtos Intermediários não Especificados Anteriormente
46931	Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral, sem Predominância de Alimentos ou de Insumos Agropecuários
47130	Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, sem Predominância de Produtos Alimentícios
47296	Comércio Varejista de Produtos Alimentícios em Geral ou Especializado em Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente
47326	Comércio Varejista de Lubrificantes
47415	Comércio Varejista de Tintas e Materiais para Pintura
47423	Comércio Varejista de Material Elétrico
47431	Comércio Varejista de Vidros
47440	Comércio Varejista de Ferragens, Madeira e Materiais de Construção
47512	Comércio Varejista Especializado de Equipamentos e Suprimentos de Informática
47521	Comércio Varejista Especializado de Equipamentos de Telefonia e Comunicação
47539	Comércio Varejista Especializado de Eletrodomésticos e Equipamentos de áudio e Vídeo
47547	Comércio Varejista Especializado de Móveis, Colchoaria e Artigos de Iluminação
47555	Comércio Varejista Especializado de Tecidos e Artigos de Cama, Mesa e Banho
47563	Comércio Varejista Especializado de Instrumentos Musicais e Acessórios
47571	Comércio Varejista Especializado de Peças e Acessórios para Aparelhos Eletroeletrônicos para Uso Doméstico, Exceto Informática e Comunicação
47598	Comércio Varejista de Artigos de Uso Doméstico não Especificados Anteriormente
47610	Comércio Varejista de Livros, Jornais, Revistas e Papelaria
47628	Comércio Varejista de Discos, Cds, Dvds e Fitas
47636	Comércio Varejista de Artigos Recreativos e Esportivos
47725	Comércio Varejista de Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene

	Pessoal
47741	Comércio Varejista de Artigos de óptica
47814	Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios
47822	Comércio Varejista de Calçados e Artigos de Viagem
47831	Comércio Varejista de Jóias e Relógios
47857	Comércio Varejista de Artigos Usados
47890	Comércio Varejista de Outros Produtos Novos não Especificados Anteriormente
47903	Comércio Ambulante e Outros Tipos de Comércio Varejista
49248	Transporte Escolar
49507	Trens Turísticos, Teleféricos e Similares
52231	Estacionamento de Veículos
55906	Outros Tipos de Alojamento não Especificados Anteriormente
56112	Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas
56121	Serviços Ambulantes de Alimentação
56201	Serviços de Catering, Bufê e Outros Serviços de Comida Preparada
58115	Edição de Livros
58123	Edição de Jornais
58131	Edição de Revistas
58191	Edição de Cadastros, Listas e de Outros Produtos Gráficos
58212	Edição Integrada à Impressão de Livros
58221	Edição Integrada à Impressão de Jornais
58239	Edição Integrada à Impressão de Revistas
58298	Edição Integrada à Impressão de Cadastros, Listas e de Outros Produtos Gráficos
59111	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão
59120	Atividades de Pós-Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão
59138	Distribuição Cinematográfica, de Vídeo e de Programas de Televisão
59146	Atividades de Exibição Cinematográfica
59201	Atividades de Gravação de Som e de Edição de Música
62015	Desenvolvimento de Programas de Computador Sob Encomenda
62023	Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Customizáveis
62031	Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Não-Customizáveis
62040	Consultoria em Tecnologia da Informação
62091	Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação
63992	Outras Atividades de Prestação de Serviços de Informação não Especificadas Anteriormente
65111	Seguros de Vida
65120	Seguros Não-Vida
65201	Seguros-Saúde
66223	Corretores e Agentes de Seguros, de Planos de Previdência Complementar e de Saúde
66291	Atividades Auxiliares dos Seguros, da Previdência Complementar e dos Planos de Saúde não Especificadas Anteriormente
68218	Intermediação na Compra, Venda e Aluguel de Imóveis
68226	Gestão e Administração da Propriedade Imobiliária
69117	Atividades Jurídicas, Exceto Cartórios
69125	Cartórios
69206	Atividades de Contabilidade, Consultoria e Auditoria Contábil e Tributária
70204	Atividades de Consultoria em Gestão Empresarial
71111	Serviços de Arquitetura
71120	Serviços de Engenharia
71197	Atividades Técnicas Relacionadas à Arquitetura e Engenharia
71201	Testes e Análises Técnicas
72100	Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Físicas e Naturais
72207	Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Sociais e Humanas
73114	Agências de Publicidade
73122	Agenciamento de Espaços para Publicidade, Exceto em Veículos de Comunicação
73190	Atividades de Publicidade não Especificadas Anteriormente
73203	Pesquisas de Mercado e de Opinião Pública
74102	Design e Decoração de Interiores
74200	Atividades Fotográficas e Similares
74901	Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas não Especificadas Anteriormente
75001	Atividades Veterinárias
77110	Locação de Automóveis sem Condutor
77195	Locação de Meios de Transporte, Exceto Automóveis, sem Condutor
77217	Aluguel de Equipamentos Recreativos e Esportivos
77225	Aluguel de Fitas de Vídeo, Dvds e Similares
77233	Aluguel de Objetos do Vestuário, Jóias e Acessórios

77292	Aluguel de Objetos Pessoais e Domésticos não Especificados Anteriormente
77314	Aluguel de Máquinas e Equipamentos Agrícolas sem Operador
77322	Aluguel de Máquinas e Equipamentos para Construção sem Operador
77331	Aluguel de Máquinas e Equipamentos para Escritórios
77390	Aluguel de Máquinas e Equipamentos não Especificados Anteriormente
78108	Seleção e Agenciamento de Mão-De-Obra
78205	Locação de Mão-De-Obra Temporária
78302	Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos para Terceiros
79112	Agências de Viagens
79121	Operadores Turísticos
79902	Serviços de Reservas e Outros Serviços de Turismo não Especificados Anteriormente
81117	Serviços Combinados para Apoio a Edifícios, Exceto Condomínios Prediais
81222	Imunização e Controle de Pragas Urbanas
81290	Atividades de Limpeza não Especificadas Anteriormente
81303	Atividades Paisagísticas
82113	Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo
82199	Fotocópias, Preparação de Documentos e Outros Serviços Especializados de Apoio Administrativo
82202	Atividades de Teleatendimento
82300	Atividades de Organização de Eventos, Exceto Culturais e Esportivos
82911	Atividades de Cobranças e Informações Cadastrais
82920	Envasamento e Empacotamento Sob Contrato
85112	Educação Infantil - Creche
85121	Educação Infantil - Pré-Escola
85139	Ensino Fundamental
85201	Ensino Médio
85317	Educação Superior - Graduação
85325	Educação Superior - Graduação e Pós-Graduação
85333	Educação Superior - Pós-Graduação e Extensão
85414	Educação Profissional de Nível Técnico
85422	Educação Profissional de Nível Tecnológico
85503	Atividades de Apoio à Educação
85911	Ensino de Esportes
85929	Ensino de Arte e Cultura
85937	Ensino de Idiomas
85996	Atividades de Ensino não Especificadas Anteriormente
86305	Atividades de Atenção Ambulatorial Executadas por Médicos e Odontólogos
86500	Atividades de Profissionais da área de Saúde, Exceto Médicos e Odontólogos
86909	Atividades de Atenção à Saúde Humana não Especificadas Anteriormente
87115	Atividades de Assistência a Idosos, Deficientes Físicos, Imunodeprimidos e Convalescentes Prestadas em Residências Coletivas e Particulares
87204	Atividades de Assistência Psicossocial e à Saúde a Portadores de Distúrbios Psíquicos, Deficiência Mental e Dependência Química
87301	Atividades de Assistência Social Prestadas em Residências Coletivas e Particulares
88006	Serviços de Assistência Social sem Alojamento
90019	Artes Cênicas, Espetáculos e Atividades Complementares
90027	Criação Artística
90035	Gestão de Espaços para Artes Cênicas, Espetáculos e Outras Atividades Artísticas
91015	Atividades de Bibliotecas e Arquivos
91023	Atividades de Museus e de Exploração, Restauração Artística e Conservação de Lugares e Prédios Históricos e Atrações Similares
91031	Atividades de Jardins Botânicos, Zoológicos, Parques Nacionais, Reservas Ecológicas e áreas de Proteção Ambiental
93115	Gestão de Instalações de Esportes
93123	Clubes Sociais, Esportivos e Similares
93131	Atividades de Condicionamento Físico
93191	Atividades Esportivas não Especificadas Anteriormente
93212	Parques de Diversão e Parques Temáticos
93298	Atividades de Recreação e Lazer não Especificadas Anteriormente
94111	Atividades de Organizações Associativas Patronais e Empresariais
94120	Atividades de Organizações Associativas Profissionais
94201	Atividades de Organizações Sindicais
94308	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais
94910	Atividades de Organizações Religiosas
94936	Atividades de Organizações Associativas Ligadas à Cultura e à Arte
94995	Atividades Associativas não Especificadas Anteriormente
95118	Reparação e Manutenção de Computadores e de Equipamentos Periféricos
95126	Reparação e Manutenção de Equipamentos de Comunicação
95215	Reparação e Manutenção de Equipamentos Eletroeletrônicos de Uso Pessoal e Doméstico
95291	Reparação e Manutenção de Objetos e Equipamentos Pessoais e

	Domésticos não Especificados Anteriormente
96017	Lavanderias, Tinturarias e Toalheiros
96025	Cabeleireiros e Outras Atividades de Tratamento de Beleza
96092	Atividades de Serviços Pessoais não Especificadas Anteriormente
97005	Serviços Domésticos

Portarias

Port. nº 898/2020- Considera exonerada, a pedido, a contar de 06/07/2020, **DANDARA MAXINI XAVIER DOS SANTOS AGUIAR** do cargo de Chefe de Divisão, CC-2, da Secretaria Municipal do Governo.

Port. nº 899/2020- Considera nomeada, a contar de 06/07/2020, **GABRIELA DA SILVA MACHADO** para exercer o cargo de Chefe de Divisão, CC-2, da Secretaria Municipal do Governo, em vaga da exoneração de Dandara Maxini Xavier dos Santos Aguiar, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Despacho do Prefeito

Proc. 080000047/2020 – JORGE LUIZ JARDIM TEIXEIRA JUNIOR - AUTORIZO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho do Secretário

Equiparação Salarial – 310/292/2020 - Indeferido

CORRIGENDA

No Extrato nº 37/2020-SMA publicado em 09/07/2020, onde se lê: R\$ 7.5000.000,00 Leia-se: R\$ 7.500.000,00.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA

Corrigenda

Na Portaria nº 35/2020, publicada em 09/07/2020, onde se lê: para exercer o cargo de AGENTE 01, SÍMBOLO FG-1, leia se: para exercer a Função Gratificada Agente I, FG-1.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS EXTRATO Nº 167/2020

INSTRUMENTO: Termo de Contrato **SASDH nº 167/2020. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **ANGIELE ALINE DE SOUZA OLIVEIRA. OBJETO:** Contratação Temporária por tempo determinado na função de **Educador(a) Social**, conforme descrito no **Edital 001/2020**, em **caráter emergencial (PANDEMIA DO CORONAVÍRUS)**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e seus equipamentos. **PRAZO:** 06 (seis) meses. **VALOR ESTIMADO:** R\$9.945,60 (nove mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.04.122.0148.7777, CD nº 3.3.3.9.0.04.00 (Remuneração), Fonte 0.0.1.00, Nota de Empenho Nº 0000088, datada de 13/05/2020, **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República, Lei 13.979/2020 e Lei Municipal 3378/18 e processo 090000239/2020. **DATA DA ASSINATURA:** 29 de junho de 2020.

EXTRATO Nº 168/2020

INSTRUMENTO: Termo de Contrato **SASDH nº 168/2020. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **AURÉLIA PEREIRA CORDEIRO. OBJETO:** Contratação Temporária por tempo determinado na função de **Assistente Social**, conforme descrito no **Edital 001/2020**, em **caráter emergencial (PANDEMIA DO CORONAVÍRUS)**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e seus equipamentos. **PRAZO:** 06 (seis) meses. **VALOR ESTIMADO:** R\$17.413,09 (dezessete mil, quatrocentos e treze reais e nove centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.04.122.0148.7777, CD nº 3.3.3.9.0.04.00 (Remuneração), Fonte 0.0.1.00, Nota de Empenho Nº 0000088, datada de 13/05/2020. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República, Lei 13.979/2020 e Lei Municipal 3378/18 e processo 090000239/2020. **DATA DA ASSINATURA:** 29 de junho de 2020.

EXTRATO Nº 169/2020

INSTRUMENTO: Termo de Contrato **SASDH nº 169/2020. PARTES:** Município de Niterói tendo como gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **LUIZ EDUARDO CACAVALLE OBJETO:** Contratação Temporária por tempo determinado na função de **Assistente Social**, conforme descrito no **Edital 001/2020**, em **caráter emergencial (PANDEMIA DO CORONAVÍRUS)**, desenvolvendo esta atividade na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e seus equipamentos. **PRAZO:** 06 (seis) meses. **VALOR ESTIMADO:** R\$17.413,09 (dezessete mil, quatrocentos e treze reais e nove centavos). **VERBA:** P.T. nº 16.72.04.122.0148.7777, CD nº 3.3.3.9.0.04.00 (Remuneração), Fonte 0.0.1.00, Nota de Empenho Nº 0000088, datada de 13/05/2020. **FUNDAMENTO:** art. 37, inciso IX, da Constituição da República, Lei 13.979/2020 e Lei Municipal 3378/18 e processo 090000239/2020. **DATA DA ASSINATURA:** 29 de junho de 2020.

EXTRATO Nº 173/2020

INSTRUMENTO: Primeiro Termo de Prorrogação do ao Contrato nº 11/2020. **PARTES:** Município de Niterói pelo Fundo Municipal de Assistência Social e **ALELO S.A. – CNPJ Nº 04740876/0001-25 OBJETO:** Prestação de serviços de emissão e gestão de cartões com tarja magnética, bem como disponibilização de benefícios no cartão **PRAZO:** 3 (três) meses, a partir de 07 de julho de 2020. **VALOR ESTIMADO:** 52.167.000,00 (cinquenta e dois milhões cento e sessenta e sete mil reais). **VERBA:** P.T. nº 16.7208.244.0148.7777, CD nº 3.3.3.9.0.39.00 Fonte 0.0.1.38. Nota de Empenho Nº101/2020. **FUNDAMENTO:** art. 4º-H da Lei Federal 13979/2020**DATA DA ASSINATURA:** 07 de julho de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

ORDEM DE REINÍCIO

Concedemos Ordem de Reinício, a partir de **09/07/2020**, à execução do **Contrato nº. 009/2019**, firmado, pelo **MUNICÍPIO DE NITERÓI**, por intermédio da **SEPLAG**, com a autarquia federal **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**, cujo objeto é a realização de cursos de pequena duração e de MBA em Gestão Pública Municipal, a fim de desenvolver competências dos servidores públicos do Município de Niterói.

TOMADA DE PREÇO SEPLAG/CAF Nº 002/ 2020

A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO SEPLAG/UGP/CAF** comunica que a licitação na modalidade de **Tomada de Preço sob o nº 002/2020**, do tipo **Menor Preço**, objetivando a contratação de empresa para execução de obras para implantação de saneamento ambiental e infraestrutura na Comunidade do Cabrito, localizada no Bairro do Jacaré, localizado na Região Oceânica de Niterói – RJ, que havia sido adiada *sine die* **será realizada, no dia 29 de julho de 2020**, às 10:00h, no Auditório da Defesa Civil localizado na Rua Coronel Gomes Machado, 258 – Centro – Niterói – RJ. Os interessados poderão obter cópia eletrônica do Edital e seus anexos na SEPLAG/UGP/CAF na Rua Coronel Gomes Machado, 258 – 2º andar, de 10:00 às 16:00 horas, com a apresentação do carimbo de CNPJ e de 01 (um) pen drive para gravação do Edital, ou pelo site www.niteroi.rj.gov.br – Licitação SEPLAG.

UNIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA REGIÃO OCEÂNICA SUSTENTÁVEL
Portaria UGP/CAF nº 001/2020

Determina o REINÍCIO de contratos no âmbito do Programa Região Oceânica Sustentável – PRO Sustentável.

A **Coordenadora Geral da Unidade de Gestão do Programa Região Oceânica Sustentável**, Sra. Dioné M. Marinho Castro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 861/2020, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Niterói, e tendo em vista o que estabelece a legislação em vigor;

Considerando as medidas determinadas pelo Executivo Municipal relativa à retomada gradual das atividades paralisadas em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar o REINÍCIO, a partir de 14/07/2020, dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº	Objeto	Empresa
07/2018	Prestação de serviços de consultoria especializada para a elaboração de Estudos para Análise da Condição Ambiental do Sistema Lagunar Piratininga-Itaipu e proposição das ações necessárias à melhoria da sua dinâmica ambiental e hídrica.	HIDROSCIENCE CONSULTORIA RESTAURAÇÃO AMBIENTEAL EIRELI E
07/2019	Elaboração e execução de projeto de regularização fundiária na Comunidade da Ciclovia, localizada no Bairro de Piratininga	GRUPO TÉCNICO DE APOIO
02/2020	Prestação de serviços de elaboração dos projetos básico e executivo e estudos multidisciplinares, para renaturalização da bacia do Rio Jacaré	CONSÓRCIO TÉCNICO ENGEPLUS / GARDEN
03/2020	Execução de Obra Pública de pavimentação, paisagismo e saneamento ambiental, na comunidade Vale Verde / Pé Preto na Região Oceânica	CONSTRUTORA SÉRGIO PORTO LTDA ME
04/2020	A prestação de serviço de elaboração de Trabalho Técnico Social visando a implantação das obras de saneamento na comunidade Vale Verde / Pé Preto na Região Oceânica	METRÓPOLIS PROJETOS URBANOS LTDA
05//2020	Prestação de serviços de suporte técnico e elaboração de estudos de concepção, estudo ambiental, projeto básico e projeto executivo do sistema de saneamento ambiental da Favela da Ciclovia na Região Oceânica	SANETECH SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
06/2020	Prestação de serviço de Projeto de Trabalho Técnico Social do sistema de saneamento ambiental da Favela da Ciclovia na Região Oceânica	GRUPO TÉCNICO DE APOIO
09/2020	Realização do cadastro socioeconômico, cadastro físico das edificações e pesquisa documental dos moradores/ocupações na margem esquerda da rua Frei Orlando, bacia do rio jacaré, e na FMP da Lagoa de Piratininga	NAPP – NÚCLEO DE ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E PESQUISA

Art. 2º – As empresas contratadas deverão encaminhar à UGP/CAF um cronograma atualizado de execução dos contratos.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO PGM 19/2020

Atualiza os valores previstos nos artigos 2º e 3º da Resolução PGM nº. 05 de 13 de maio de 2019, que regulamenta os artigos 93 a 97 da Lei nº. 3.368/2019.

O Procurador Geral do Município de Niterói, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto no artigo 94 da Lei nº. 3.368/2019;

Considerando o disposto nos artigos 2º, parágrafo único, e 3º, parágrafo único, da Resolução PGM nº. 05 de 13 de maio de 2019,

Considerando o teor da Resolução SMF nº 38/2019, que atualizou valores de referência utilizados no Código Tributário Municipal para o exercício de 2020;

Considerando a atualização da tabela de custas e emolumentos cobrados nos protestos de Certidões da Dívida Ativa pelos cartórios que os efetivam.

RESOLVE:

Artigo 1º - O valor previsto no artigo 2º da Resolução PGM nº. 05 de 13 de maio de 2019 passa a ser de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

Artigo 2º - O valor previsto no artigo 3º da Resolução PGM nº. 05 de 13 de maio de 2019 passa a ser de R\$ 305,00 (trezentos e cinco reais).

Artigo 3º – Excepciona-se da ressalva constante do artigo 3º da Resolução PGM nº. 05 de 13 de maio de 2019 os créditos oriundos de multas impostas por força do artigo 1º, §2º, da Lei nº. 3.495/2020, na forma do artigo 4º, parágrafo único, do Decreto 13.588/2020.

Artigo 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO PGM Nº 20, DE 9 DE JULHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE SAÚDE DO GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas;

CONSIDERANDO que a Superintendência de Ações Jurídicas da Fundação Municipal de Saúde (SAJ/FMS) deixará de ser ocupada por Procurador do Município de carreira;

CONSIDERANDO que o acervo de demandas judiciais relacionados à saúde, em que é parte o Município de Niterói, é originariamente da Procuradoria Judicial;

CONSIDERANDO as dificuldades de equalização no número de procuradores das unidades especializadas da Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO que a criação de nova especializada para tratamento deste acervo requer estudos mais aprofundados, inviáveis neste momento, por força da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19);

RESOLVE:

Art. 1º- Ficam avocados pelo Gabinete da Procuradoria Geral do Município todas as demandas judiciais relacionadas a medicamentos, tratamentos, internações ou quaisquer outras matérias relacionadas à saúde, nas quais o Município de Niterói seja parte.

Art.2º. O acervo de demandas a que alude o art.1º será gerido pelo Núcleo de Saúde do Gabinete da Procuradoria Geral do Município, que será coordenado por um membro efetivo da carreira de Procurador do Município de Niterói.

Art.3º. O Núcleo de Saúde do Gabinete da Procuradoria Geral do Município (NS/GAB) poderá exercer suas funções com apoio material e de pessoal da Superintendência de Ações Jurídicas da Fundação Municipal de Saúde de Ações Jurídicas (SAJ/FMS).

§ 1º. Os termos do apoio serão fixados em convênio a ser celebrado para este fim específico com a FMS.

§ 2º. O Gabinete da PGM dará o suporte material e de pessoal para o bom funcionamento do NS/GAB.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir da data da exoneração da Procuradora Andrea Carla Cintra Araújo Guedes Barbosa do cargo de Superintendente de Ações Jurídicas da Fundação Municipal de Saúde.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE JURUJUBA HOMOLOGAÇÃO

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE JURUJUBA, no exercício de suas atribuições legais, homologa o resultado definitivo do Chamamento Público ARJ nº 01/2020, que conclui pela seleção da proposta apresentada pela organização Viva Rio para a gestão do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU Ismael Silva (ou CEU Jurujuba).

Em atenção ao Item 8.2 do Edital e respectivos subitens (8.2.1 a 8.2.10), convoca-se a OSC selecionada (Viva Rio) para apresentação de sua proposta técnica, orçamentária e pedagógica e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação.

DECISÃO

Trata-se de decisão onde não havendo apresentação de recursos das empresas participantes, ratifica-se o resultado preliminar, consolidando, assim, o resultado definitivo do Chamamento Público ARJ nº 01/2019, que concluiu pela seleção da proposta apresentada pela organização Viva Rio.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA FMS/FGA Nº 169/2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista delegação de competência que lhe confere o Decreto 6.150/91,

RESOLVE:

Dispensar, a contar de 01/07/2020, **PAULO KOATZ MIRAGAYA**, da gratificação equivalente ao símbolo **FMS-6/SUS**, do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, da função de **Chefe do Serviço de Internação de Agudos Femininos**.

PORTARIA FMS/FGA Nº 170/2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista delegação de competência que lhe confere o Decreto 6.150/91,

RESOLVE:

Atribuir, a contar de 01/07/2020, a **FLAVIA LEITÃO DE AZEVEDO**, a gratificação equivalente ao símbolo **FMS-6/SUS**, do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, na função de **Chefe do Serviço de Internação de Agudos Femininos**, em vaga decorrente da dispensa de Paulo Koatz Miragaya.

PORTARIA FMS/FGA nº 171/2020

Dispõe sobre a definição do Grupo Técnico para a construção da linha de cuidado COVID- 19 na Rede de Atenção em Saúde do Município de Niterói.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2(covid-19);

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019; CONSIDERANDO o Decreto nº 13.506/2020, que dispõe sobre a declaração de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Município de Niterói;

CONSIDERANDO que o Município de Niterói no seu Plano de AÇÕES DE ENFRENTAMENTO PARA O COVID 19 coordenado pelo Gabinete de Crise (Decreto nº 13.505/2020), criou inúmeras estratégias para a contenção e prevenção da pandemia, bem como a regulação da capacidade de atendimento aos munícipes; CONSIDERANDO que os resultados positivos de tais medidas, nos permite hoje o processo de transição gradual para o novo normal, com a retomada segura e ordenada das atividades sociais e econômicas da cidade. (Decreto 13.604/2020 e 13643/2020);

CONSIDERANDO que para o atual momento, no âmbito da saúde para a construção do cuidado integral e coordenado para dos munícipes, torna-se necessário a consideração da multiplicidade do processo saúde-doença advindo pela infecção, principalmente na atenção quanto aos seus determinantes e condicionantes, e a intervenção em toda a cadeia de produção de saúde, desde a promoção, prevenção, vigilância, assistência e reabilitação.

RESOLVE:

Art. 1º Criar um Grupo Técnico para a construção da linha de cuidado COVID- 19 na Rede de Atenção em Saúde do Município de Niterói.

Art. 2º Compõem o Grupo Técnico multidisciplinar e de representação de toda a rede de saúde do município Niterói os seguintes membros:

- Mirian Ribeiro Conceição – Gabinete da Secretaria de Saúde -matrícula nº 437529.
- Itamar Tavares de Souza Mello - Gabinete da Secretaria de Saúde – matrícula nº 437049.

- Geórgia Ribeiro de Mascarenhas – VIPACAF – matrícula nº 432986.

- Vinícius Mendes da Fonseca Lima – VIPACAF – matrícula nº 437423.

- Márcia Correia dos Santos- VIPAHE – matrícula nº 432374.

- Rafael Carraro – VIPAHE.

- João Paulo Marins Muniz – Associação Fluminense de Reabilitação.

- Alessandra de Almeida Neves – Associação Pestalozzi.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA FMS/FGA nº 172/2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Indicar o Gestor responsável pela fiscalização, na forma prevista no art. 67, da Lei 8.666/93, do contrato nº 26/2020, Processo nº 200/3806/2020, cujo objeto é a contratação de empresa de locação de equipamentos e mobiliário hospitalar, com manutenção, instalação e treinamento na seguinte Unidade: HMCT, firmados entre a **FMS** e a empresa **LABTEC MASTER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – ME**.

Gestor: Ubiratan Moreira Ramos Matrícula: 437.097 – 9

Fiscal: Wladimir Simões de Oliveira Matrícula: 436. 865 – 0

Fiscal: Wanderson Pereira Neri Matrícula: 437. 307 - 2

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PORTARIA FMS/FGA Nº 173/2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista delegação de competências que lhe confere o Decreto 6.150/91. Resolve:

Venho por meio deste, modificar da Comissão, criada para baixa de bens moveis inservíveis instituída pela portaria FMS/FGA nº119/2014, alterada pela portaria FMS/FGA nº 256 que passa a ser integrada pelos membros abaixo sob a presidência do 1º.

Rangel Cardoso dos Santos - Mat. FMS.437.539-0

1. Vanessa Bueno Duarte – Mat.436.970-8 (SAJ)

2. Elizabeth Deolindo Serafim – Mat.437.178 (VIPAHE)

3. Lívia Freitas Pereira Xavier – Mat.437.480 (VIPACAF)

4. Thiago Alves de Jesus - Mat. 437.509-9 (SEPAT)

EXTRATO N.º 68/2020

INSTRUMENTO: Convênio n.º 04/2020; **PARTE:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e a Associação de Amigos dos Enfermos da Casa Maria de Magdala; **OBJETO:** O presente Convênio tem por objeto a integração de esforços e recursos entre a **FMS** e a **CASA MARIA DE MAGDALA**, classificada na Portaria n.º 2.555, de 28/10/2011, do Ministério da Saúde, como casa do tipo 2, com a prestação de serviços médicos, farmacêuticos, psicológicos, odontológicos, de enfermagem, de fisioterapia e de fonoaudiologia, a pacientes soropositivos, em acomodação de caráter temporário ou de longa duração, incluindo a administração de medicamentos; **PRAZO:** 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura; **VALOR:** R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais); **VERBA:** Programa de Trabalho 2543.10.305.0133.4051, Natureza da Despesa 33.90.39.00, Fonte do Recurso 207 e Nota de Empenho 00069/2020; **FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.666/1993, bem como o Processo Administrativo n.º 200/4944/2020; **ASSINATURA:** 1º de julho de 2020.

EXTRATO N.º: 69/2020.

INSTRUMENTO: Contrato n.º 34/2020; **PARTE:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Via Importer Comércio Exterior S.A; **OBJETO:** O presente Contrato Emergencial tem por objeto a aquisição de **teste rápido COVID-19 IgG/IgM**, para detecção qualitativa específica de IgG e IgM do COVID-19 em amostras de sangue total, soro e plasma, como uma das medidas adotadas para evitar a disseminação do novo coronavírus, com fundamento no Decreto n.º 13.506/2020 e na Lei n.º 13.979/2020; **PRAZO:** 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.940.000,00 (um milhão, novecentos e quarenta mil reais); **VERBA:** Programa de Trabalho n.º 2543.10.302.0148.7777, Código de Despesa n.º 33.90.30.00, Fonte n.º 138, Nota de Empenho n.º 000781/2020; **FUNDAMENTO:** Portaria GM/MS n.º 188/2020, Lei n.º 13.979/2020, Lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 13.506/2020, Decreto Municipal n.º 13.548/2020, bem como o processo administrativo n.º 200/5057/2020; **ASSINATURA:** 29 de junho de 2020.

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

APOSENTAR, VOLUNTARIAMENTE, com proventos integrais, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, **VANDA ANDRIOLO DO ESPÍRITO SANTO, Médica**, Matrícula n.º 229.910-5, Classe A, Referência XV, Nível Superior, do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05. Referente ao Processo: 200/95/2020, de 06/01/2020. Portaria FMS/CORHU 079/2020)

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados os proventos mensais de **VANDA ANDRIOLO DO ESPÍRITO SANTO, Médica**, Matrícula n.º 229.910-5, Classe A, Referência XV, Nível Superior, do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05. Referente ao Processo 200/95/2020.

CORRIGENDA:

Solicito corrigenda na Portaria FMS/FGA n.º 161/2020, publicada em 30/06/2020. **Onde se lê:** "a contar de 25/05/2020", **leia-se:** "a contar de 25/06/2020."

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI

PORTARIA 064/2020

A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 15, § 1º, I, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019 resolve **NOMEAR KARINA MORAES BERMUDEZ**, para exercer o cargo de Coordenadora - N II, a partir de 06 de julho de 2020.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ato do Presidente

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto n.º 6.178/91, de 28 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991,

RESOLVE

Aposentar, Maria Cristina Carraco Relvas, no cargo de Professor I NM VI, matrícula 11232.079-4 portaria FME 363/2020. Processo 210001997/2020.

Fixação de Proventos ficam fixados os proventos mensais de Maria Cristina Carraco Relvas, aposentada pela portaria FME 363/2020 de 09/06/2020, no Cargo de Professor I NM VI, matrícula 11232.079-4.

Aposentar, Eladyr Barros Alves, no cargo de Professor I NS III, matrícula 11234.995-9 portaria FME 331/2020. Processo 210001019/2020.

Fixação de Proventos ficam fixados os proventos mensais de Eladyr Barros Alves, aposentada pela portaria FME 331/2020 de 13/03/2020, no Cargo de Professor I NS III, matrícula 11234.995-9.

Tornar Insubsistente a portaria FME nº 281/2020 publicada em 14/03/2020, Licença sem Vencimentos de Geraldo Soares da Conceição, processo 210001087/2020.

Licença Sem Vencimentos – Deferido

Proc. 21000210001886/2020 – Maria de Fátima Barbosa Pires.

Licença Especial - Deferido

Proc. 210001059/2020 – Alessandra Maciel Rezende Chaves.

Proc. 210002421/2020 – Maria Angelica de Moraes Faria.

Redução de Carga Horária - Deferido

Proc. 210001503/2020 – Liliam França.

Salário Família – Deferido

Proc. 210009139/2019 - Marcela Danielle Felix Schliesing.

Proc. 210008952/2019 – Stela Ruth Cunha dos Santos Ferreira.

Proc. 210009115/2019 – Greyce Kelly Fernandes de Almeida.

Proc. 210009302/2019 – Karla Andrea Nunes Amaral.

Proc. 210000011/2020 – Vanessa Oliveira Batista da Silva.

Proc. 210000552/2020 – Emanuele Alexandra de Jesus Touça.

Proc. 210001728/2020 – Cloris Luisa Gomes Martins Napoleão do Rêgo.

Proc. 210001267/2020 – Marluce Maciel Gomes Antelo.

Proc. 210000103/2020 – Andrea Lorena Medeiros dos Santos.

Proc. 210000770/2020 – Susanna Cerqueira Leite Martire.

Proc. 210001281/2020 – Priscilla Alfradique da Silva Serra.

Auxílio Natalidade – Deferido

Proc. 210002416/2020 – Carina Motta Cabral.

Proc. 210002271/2020 – Renata da Cunha Ferreira.

Proc. 210002299/2020 – Rafaela de Souza Agra.

Proc. 210002217/2020 – Mônica de Oliveira Korte Camp Ramos.

Proc. 210002414/2020 – Gisseli dos Santos Dalmaneck.

Acumulação de Cargo - Deferido

Proc. 210001520/2020 – Olga Maria de Pinho – matrícula nº112323327 – Fundação Municipal de Educação de Niterói e matrícula nº112346625 – Fundação Municipal de Educação de Niterói.

Proc. 210001958/2020 – Danielle Leite Corrêa – matrícula nº112325082 – Fundação Municipal de Educação de Niterói e matrícula nº112332153 – Fundação Municipal de Educação de Niterói.

Proc. 210001957/2020 – Josyane Aparecida Gomes do Valle – matrícula nº112329431 – Fundação Municipal de Educação de Niterói e matrícula nº112378085 – Fundação Municipal de Educação de Niterói.

Corrigenda:

Na publicação de 14 de fevereiro de 2020, **onde se lê** "Proc. 210009401/2019 – Daniela Ramos Tobias Correa – licença sem Vencimentos – Indeferido" **leia-se** "Proc. 210009401/2019 – Daniela Ramos Tobias Correa – licença sem Vencimentos – Deferido."

Corrigenda:

Incluir na PORTARIA FME Nº 228/2020, Publicada em 08/02/2020, as matrículas:

Matrícula	Classe
112335842	IV

TERMO ADITIVO Nº 012/2020

Instrumento: Termo Aditivo Nº 012/2020 ao Contrato Nº 023/2016. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e EDITORA ESQUEMA LTDA. **Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a renovação do Contrato nº 023/2016, com vistas à contratação de 250(duzentos e cinquenta) assinaturas diárias dos

exemplares do jornal a "A Tribuna", para atender as Unidades da Rede Municipal de Educação, Sede e Anexos da FME, conforme solicitação da Assessoria de Comunicação Social/FME, às fls. 141, Processo Administrativo 210/1205/2016. **Prazo:** O prazo previsto da presente renovação será 12 (doze) meses, a contar de 23/06/2020, com término previsto em 23/06/2021, conforme disposto às fls. 141, Processo Administrativo 210/1205/2016. **Valor:** O valor total da presente renovação é de R\$ 113.400,00 (cento e treze mil e quatrocentos reais) à conta do Programa de Trabalho Nº 12.122.0145.4191; Código de Despesa: 3.3.3.9.0.39.00.00.00; Fonte: 138; Nota de Empenho Nº 000313/2020. **Fundamento Legal:** Art. 57, II da Lei 8666/93. **Processo Administrativo:** 210/1205/2016. **Data da Assinatura:** 23/06/2020.

TERMO ADITIVO Nº 015/2020

Instrumento: Termo Aditivo Nº 015/2020 ao Contrato Nº 046/2019. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e PERFIL-X CONSTRUTORA S/A. **Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do Contrato 046/2019, conforme Ofício 022/2020 – DSO/FME, às fls. 1156, do Processo Administrativo 210/6789/2018. **Prazo:** O prazo previsto de prorrogação será de **03 (três) meses**, a contar de 23/08/2020, com término previsto em 23/11/2020, Processo Administrativo 210/6789/2018. **Fundamento Legal:** de acordo com o art. 57, §4º da Lei 8666/93. **Processo Administrativo:** 210/6789/2018. **Art. 2º:** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

NITERÓI PREV

Processo administrativo nº 310000499/2020 – **DEFERIDO**

PROCESSO Nº 310/001255/2019 – **INDEFERIDO**

**NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO- NELITUR
PRIMEIRO AVISO AOS ACIONISTAS**

A NITERÓI-EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – **NELITUR**, com sede nesta Cidade, à Estrada Leopoldo Fróes, nº 773, São Francisco, CONVOCA os Senhores Acionistas para comparecerem à reunião no dia 23 de julho de 2020, às 17 horas, na sede da Empresa. A reunião visa deliberar sobre o exercício social do ano de 2019, analisando as demonstrações financeiras apresentadas pelos administradores, bem como acerca da destinação do lucro líquido do exercício e eventual distribuição dos dividendos. Com efeito, avisa que restam CANCELADAS as convocações para a Assembleia do dia 26 de junho 2020, publicadas nos dias 18/06/2020, 19/06/2020 e 01/07/2020.

**EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO –
EMUSA**

Ato do Presidente

PORT. Nº. 200/2020 – Dispensar a contar de **06/07/2020**, **MAYARA CRUZ ESPÍNDOLA ALVES** da **FUNÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA - 9**.

PORT. Nº. 201/2020 – Designar a contar de **06/07/2020**, **DANDARA MAXINI XAVIER DOS SANTOS AGUIAR** para exercer a **FUNÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA – 9**, em vaga decorrente da dispensa de Mayara Cruz Espíndola Alves. Presidente da Emusa.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 59/2020; **PARTES:** EMUSA e ARQUITETANDO LTDA – ME; **OBJETO:** A contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de restauração da fachada da casa do estudante da UFF, na Rua Prof. Hernani Mel, nº 02, no Bairro de São Domingos, nesta cidade; **VALOR GLOBAL:** R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais); **PRAZO:** 03 (três) meses e será contado a partir da ordem de início; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** PT: 1051.15.451.0010.4006 ND: 3.3.90.39.00 e FT: 138; **FUNDAMENTAÇÃO:** Dispensa nº 08/2020; **DATA DO CONTRATO:** 06/07/2020; **Processo Nº.** 750000630/2020.